

# FHC acusa Câmara e STF de sabotagem

**Ribamar Oliveira**

Da Agência Estado

**Nova Iorque** — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem que o governo não pagará os aumentos salariais arbitrados pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para setores do funcionalismo. “Estas decisões são uma sabotagem ao País, não vou dar o dinheiro”, avisou. Cardoso disse ter sido consultado, por telefone, pelo presidente Itamar Franco sobre os termos da nota divulgada sexta-feira à noite pelo

governo, a pedido dos militares, contendo críticas ao Legislativo e ao Judiciário.

“Dei meu apoio porque certas instituições que deveriam zelar pela lei não estão percebendo que o País não aceita mais mordomias”, disse. “Estão querendo fazer a isonomia dos privilegiados”, completou. O ministro defendeu que o STF reveja sua decisão de calcular a conversão em URV de seus próprios salários tomando por base o dia 20 e não dia 30, como determina a MP 434. “A decisão do STF contraria a lei e não faz sentido o Supremo contrariar a lei”, avaliou.

Cardoso também afirmou que o governo irá desconsiderar as votações do Congresso que derubaram o limite de remuneração para setores da administração direta e estatais. “Pelo que eu sei, a lei é só autorizativa, não somos obrigados a cumprir”, explicou. Segundo ele, o presidente Itamar Franco está disposto a demitir qualquer diretor de estatal ou repartição que ousar pagar os aumentos. O ministro deixou claro que sua posição é irreversível. “Não vou gastar mais do que o governo pode, não cederei um milímetro nesta questão”, afirmou. Cardoso disse ainda estar

preparado para receber pressões, inclusive “passêatas na porta do ministério”.

A decisão de não repassar dinheiro da União para custear as vantagens salariais patrocinadas pelo STF e Congresso foram também anunciadas ontem em Brasília pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Arnaldo Leite, e pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa.

Cardoso responsabilizou o STF e o Congresso — e não os militares — pela deflagração da crise entre os poderes. “Os militares não são o problema”, disse. “Eles

estão com o cinto apertado, com os salários baixos, como quase toda a massa do funcionalismo que não foi beneficiada pelas recentes decisões”, destacou. Na avaliação do ministro, as atitudes do Legislativo e do Judiciário é que deram “margem a sentimentos mais desabridos”.

Dizendo-se contrário à interferência dos militares na política, Cardoso espera que a reunião ministerial de terça-feira encontre “soluções democráticas” para o problema. “A população precisa manter a crença no plano econômico e na democracia”, disse.